

## A ressurreição de Jesus pela ótica islâmica e cristã

Gedimar dos Santos Maia Junior<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo aborda o tema da ressurreição de Jesus sob duas lentes religiosas distintas: a cristã e a islâmica. A pesquisa parte do problema da crença pós-moderna de que todas as religiões possuem a mesma verdade e levam a uma única divindade, um sincretismo que gera a falsa percepção de que cristãos e muçulmanos professam a mesma fé simplesmente porque ambas as tradições referenciam Jesus. Historicamente, esse fenômeno reflete as ameaças sincretistas enfrentadas pelo apóstolo Paulo em Colossos no primeiro século, permanecendo altamente relevante para a igreja contemporânea devido ao crescimento recente do Islã no Brasil. Para resolver esse problema, o artigo propõe uma abordagem metodológica denominada “Método da Peneira”, fundamentada no conceito etimológico e filosófico do termo “análise” como um processo de desconstrução e separação de elementos). Esse método utiliza a Sagrada Escritura como o instrumento avaliativo último para discernir e julgar cosmovisões externas. Por meio da análise teológica, o estudo contrasta a visão islâmica a cosmovisão bíblica. O estudo conclui que a compreensão dessas premissas divergentes é crucial para a apologética, para o diálogo inter-religioso e para equipar a igreja local a afirmar sua identidade teológica e cumprir seu mandato evangelístico.

### PALAVRAS-CHAVE

Ressurreição;  
Cristianismo; Islã;  
Sincretismo; Método da  
Peneira; Escritura.

Esse artigo tem o objetivo de trabalhar o tema da ressurreição à luz de duas lentes: a cristã e a islâmica. O problema que originou a pesquisa é a falsa crença pós-moderna de que todos os caminhos levam os indivíduos a um único “deus” e a ideia de que todas as religiões possuem a mesma verdade. Essas opiniões produzem uma imagem de um Deus que habita no topo de uma enorme montanha<sup>2</sup> e todas as avenidas, embora distintas, levariam os fiéis até Ele. Pensar assim seria o suficiente para concluir que tanto os islâmicos quanto os cristãos professam a mesma fé, pelo simples fato de crerem em Jesus, apesar de suas diferenças. Mas será que as Sagradas Escrituras realmente propõem essas conexões?

Carson e Moo (2024, p. 661), ao comentarem a carta de Paulo à igreja de Colosso, disseram: “em Colossenses havia uma mistura de ensinamentos judaicos e helenísticos. Esse sincretismo era característico do mundo antigo, o tipo de ensino que atraía pessoas do primeiro século”. Isso significa que o problema deste artigo nada mais é do que um movimento presente na história da igreja desde os tempos de Jesus. Trata-se, portanto, de um empreendimento atraente, mas totalmente perigoso e danoso. É contra isso que Paulo estava lutando em seu tempo, como disseram os comentaristas (2024, p. 662): “podemos estar razoavelmente seguros de que Paulo

<sup>1</sup> Bacharel em teologia (Betel Brasileiro), Mestre (ThM) em hermenêutica e exposição bíblica (Betel Brasileiro) e Mestre (Mdiv) em divindade (Martin Bucer).

<sup>2</sup> Uma adaptação da ilustração usada pelos autores BICKEL, Bruce; JANTZ, Stan. **Guia de seitas e religiões**. Uma visão panorâmica. Rio de Janeiro: CPAD, 2017, p. 11.

considera que os crentes de Colossos correm o risco do sincretismo popular e em parte escreve para protegê-los dessa ameaça”.

A igreja do século XXI ainda lida com os mesmos perigos enfrentados pelo apóstolo Paulo no primeiro século. Por isso, a pesquisa sobre a ressurreição de Jesus continua sendo relevante. Embora, aparentemente, as diferenças entre as visões islâmica e cristã sejam evidentes, do ponto de vista religioso há argumentos apresentados por ambos os lados. Conhecer esses argumentos é essencial para o diálogo e, sobretudo, para a defesa da fé cristã. Esse contraste será desenvolvido nas seções seguintes.

Por fim, para dar conta do objetivo, será proposto, neste artigo, um método descrito como “o método da peneira”. Acredita-se que essa imagem pode ser útil não apenas para o entendimento das visões, mas também para ajudar a identificá-las. O movimento islâmico tem crescido em certas regiões, e, em solo brasileiro, não tem sido diferente. Por isso, há a necessidade de não apenas informar os diferentes argumentos sobre a ressurreição de Jesus, mas também propor um caminho para que o cristão saiba, por si só, reconhecer as visões de mundo que o cercam e se posicione como um discípulo de Jesus, para a glória de Deus.

## I. Apresentação do método

Proclo (1992, p. 165), um filósofo neoplatônico, afirmou: “O melhor método para remontar as partes de um princípio conhecido é o da análise.” Observa-se que a ideia central está em “remontar” um princípio conhecido. Além disso, para remontar um princípio, é necessário primeiro desmontá-lo. Platão, segundo Proclo, foi o pioneiro desse empreendimento.

A palavra **ανάλυσις** é composta por duas partes.<sup>3</sup> A primeira é **ανὰ**- [*aná*], que significa “para cima” ou “de cima”; e **-λυσις** [*lysis*], que denota a ideia de “soltar”. Segundo o Dicionário etimológico, “o termo provavelmente tem sua origem no beneficiamento do trigo *in natura* que, quando triturado e jogado para o alto, permite separar os grãos da palha”.<sup>4</sup> Nesse sentido, a análise consistiria em garantir que o trigo ficasse de um lado e a palha, de outro. Por fim, outro ponto interessante é que, antes de serem jogados para o alto, o trigo e a palha permaneciam juntos, supostamente dentro de um saco. Com isso, só existiria uma forma de separá-los: fazendo o movimento de soltar (*lysis*) de cima (*aná*) ou jogar (*lysis*) para cima (*aná*).

Outra figura interessante que pode ser utilizada para exemplificar o conceito de análise é o quebra-cabeça.<sup>5</sup> Criado pelo inglês John Spilsbury, o quebra-cabeça tinha uma finalidade

<sup>3</sup> O termo foi tirado no Online Etymology Dictionary em <https://www.etymonline.com/search?q=analysis&type=0> acessado no dia 27/02/2024

<sup>4</sup> <https://www.dicionarioetimologico.com.br/analise/> Acessado no dia 27/02/2024

<sup>5</sup> A figura do quebra cabeça representa bem o que Proclo disse no início dessa seção.

pedagógica: “no início da década de 1760, John Spilsbury<sup>6</sup> teve a ideia de montar um mapa em uma placa fina de mogno (tipo de madeira, *acrécimo nosso*) e cortá-lo em pedaços ao longo do condado ou em outras fronteiras, para que as crianças o remontassem”.<sup>7</sup> Pode-se imaginar que, para desmontar esse grande projeto (um quebra-cabeça de madeira), seria necessário pegar as partes, depois levantá-las (*aná*) e, por fim, soltá-las (*lysis*) de forma aleatória pelas regiões do condado.

Considere o seguinte cenário: uma pessoa compra dois quebra-cabeças e, ao tentar montá-los, decide soltar todas as peças do alto. O desafio da atividade se tornaria significativamente maior. Afinal, montar um quebra-cabeça já não é simples; dois, ao mesmo tempo, seriam ainda mais desafiadores. Da mesma forma, essa complexidade será percebida quando os argumentos sobre a ressurreição forem analisados sob as perspectivas do islamismo e do cristianismo.

Portanto, a análise é justamente isso: partindo de um princípio conhecido — todo joguinho de quebra-cabeça tem a imagem completa no fundo da caixa como referência — buscamos, por meio das partes, chegar ao resultado verdadeiro (a imagem completa). Aplicando essa imagem ao objeto da pesquisa, quando uma pessoa diz crer em Jesus, deve-se captar o máximo de pressupostos possíveis. Em seguida, pegá-los e soltá-los. Depois disso, ao analisar cada pressuposto, é necessário verificar se eles se encaixam no princípio conhecido (a pessoa do Deus Trino). Mas onde encontra-se esse princípio? Qual é o instrumento que o indivíduo usa para separar o trigo da palha? Ou, em outras palavras, os argumentos corretos dos incorretos? Esse será o assunto da próxima seção.

## II. Apresentação da ferramenta

A pergunta em aberto deixa claro que a análise, por si só, não dá conta de separar o trigo da palha, muito menos os argumentos corretos dos incorretos. Diante disso, é necessário encontrar um instrumento que seja capaz de cumprir essa função. No contexto do trigo, esse instrumento poderia ser um garfo joeirador e uma peneira. O primeiro auxiliaria na remoção das palhas maiores, enquanto o refinamento ocorreria com o uso do segundo instrumento.<sup>8</sup>

A palavra “peneira” é citada na Sagrada Escritura. Em Amós 9.9, por exemplo, o profeta escreve o seguinte: “pois darei a ordem e sacudirei a nação de Israel entre todas as nações, tal como o trigo é abanado numa peneira (בִּנְבָרָה, *kebara*), e nem um grão cai na terra”.<sup>9</sup> Considerando o contexto imediato, é possível interpretar esse trecho como um ato de julgamento, pois como disse

<sup>6</sup> Cartógrafo britânico

<sup>7</sup> In: <https://www.historytoday.com/archive/months-past/inventor-jigsaw-puzzle-dies> acessado no dia 27/02/2024 às 17hrs.

<sup>8</sup> Apenas como curiosidade há um vídeo interessante que explica o processo da separação: <https://www.facebook.com/ibeadvivrealengo/videos/-li%C3%A7%C3%A3o-sobre-o-trigo-/222598839017426/> Acessado em 27/02/2024

<sup>9</sup> Versão NVI

Klingbell (2011, p. 594): “não há nada bom em Israel para cair através da peneira, que é uma imagem da separação entre o mal e o bem”.

É interessante notar que o texto usa a peneira como figura de linguagem. Ela representa Deus e o objeto a ser peneirado é a nação de Israel. Nesse sentido, Deus identifica e julga Israel como disse Stuart (1988, p. 708):

A passagem de 1-10 está repleta de imagens que visa mostrar o controle de Yahweh em todos os espaços (v 2-4), em toda a natureza (v 5-6) e em todas as nações (v 7-10). Ele controla tudo e tem poder total; ninguém pode escapar de seu julgamento.

O conceito de “peneira” começa, então, a ganhar forma. As palavras de Stuart deixam claro que só Deus tem o poder de julgar. Se apenas Ele é capaz de executar essa tarefa, então sua vontade está revelada em Sua Palavra. A Escritura é a grande peneira que o cristão deve usar ao ouvir um muçulmano falar sobre Jesus. Caso contrário, poderá ser persuadido pelo critério de julgamento islâmico, representado pelo Alcorão.

A palavra “peneira” também aparece no Novo Testamento. Em Lucas 22.31-32, Jesus afirma: “Simão, Simão, Satanás vos pediu para peneirá-los (*σινιάσαι, siniazō*) como trigo; mas eu roguei por ti, para que a tua fé não esmoreça; e, quando te converteres, fortalece teus irmãos”. Fuchs (2013, p. 405), ao comentar sobre esse verso, disse que: “Satanás desejava peneirar Simão Pedro como trigo, porém o Senhor intercedeu por ele e, por essa razão, a despeito de sua fraqueza, sua fé não foi destruída”.

Novamente, a Escritura usa a palavra no sentido figurado. No entanto, ao contrário do texto de Amós, aqui a peneira é representada pelo diabo. Mas, diante de Simão e de sua natureza impulsiva — vulnerável ao ataque de Satanás — aparece Jesus. Com isso, o poder do Deus Trino (a peneira verdadeira) suplanta o desejo do diabo (a peneira falsa) e protege Simão.

Assim como as Escrituras empregam o termo “peneira” em sentido figurado, este artigo também adotará essa linguagem simbólica. Em outras palavras, sempre que a expressão for utilizada, ela remeterá à Sagrada Escritura — a própria Palavra revelada e o poder de Deus. Mas por que adotar tal imagem? Para fundamentar essa abordagem, recorre-se às palavras de Hiebert (2016, p. 11):

A apresentação do auto de Natal havia terminado – ao menos era isso que eu pensava. Na igreja, em uma vila no sul da Índia, garotos vestidos como pastores subiram cambaleando no palco, como se estivessem muito bêbados, para a euforia do público. Naquela região, pastor era sinônimo de bêbado. Entretanto, quando os anjos apareceram detrás das cortinas, os pastores imediatamente ficaram sóbrios, e o momento hilário passou. Os magos chegaram ao palácio de Herodes buscando orientações, e a estrela os guiou até a manjedoura, onde Maria, José, os pastores, os próprios magos e os anjos se reuniram em torno do bebê Jesus. “A mensagem foi captada”, pensei. Então, de trás das cortinas surge o Papai Noel, o maior garoto daquele grupo, dando presentes de aniversário a

todos. Fiquei atordoado. O que deu errado? Meu primeiro pensamento foi “sincretismo”. Os cristãos da vila haviam misturado o cristianismo com o hinduísmo. Mas depois percebi que não era o caso. Os missionários haviam trazido àquelas pessoas tanto Cristo quanto Papai Noel. Então, por que fiquei perturbado? A mensagem do nascimento de Jesus evidentemente foi captada, bem como a mensagem do Papai Noel que trazia os presentes. O problema era que os moradores da vila tinham unido o que, em minha mente, eram dois tipos diferentes de Natal. Um deles estava centrado em Cristo: o clima era quente, havia árvores (palmeiras), animais (jumentos, vacas e ovelhas) e figurantes (Maria, José, os pastores e magos). O outro estava tocado no Papai Noel: o clima era frio, havia árvores (sempre-vivas), animais (coelhos, ursos e principalmente renas) e figurantes (Papai Noel, e os duendes). O que deu errado? De algum modo, a mensagem que os missionários anunciaram estava deturpada. As peças estavam todas ali, porém foram unidas de forma errada. Para entender essa confusão, precisamos perguntar: “O que é o evangelho?”.

Esse relato contribui para a resposta à pergunta anteriormente levantada: por que o termo “peneira” será utilizado como imagem da Sagrada Escritura? A cena descrita termina com uma sugestão significativa: “Para entender a confusão é necessário compreender o Evangelho<sup>10</sup> (peneira)”. Assim, a Escritura será compreendida, neste artigo, como o instrumento fundamental, uma vez que é por meio dela que se estrutura a cosmovisão cristã — isto é, a compreensão do mundo, do homem e sobretudo de Jesus Cristo.

A seguir, será iniciada a análise teológica do tema da ressurreição. A premissa inicial é a seguinte: o indivíduo que professa fé em Jesus, mas não conhece o Evangelho — o poder de Deus —, encontra-se vulnerável a ser filtrado por outra cosmovisão, possivelmente por aquela operada por Satanás (cf. Lc 22.31–32). Diante disso, torna-se imprescindível recorrer à Sagrada Escritura como critério último para discernir, avaliar e julgar o que se vê e ouve de outras religiões.

### III. A crença em Jesus: uma perspectiva islâmica

Tanto os cristãos quanto os muçulmanos atribuem importância à figura de Jesus.<sup>11</sup> Tarif Khalidi,<sup>12</sup> em sua obra *The Muslim Jesus*, afirma que “a tradição literária islâmica do período pré-moderno contém centenas de ditos e histórias sobre Jesus” (KHALIDI, 2001, p. 1). Diante dessa vasta produção textual, alguns estudiosos utilizam a expressão “evangelho muçulmano” para se referirem a tais escritos. O próprio Khalidi assim os denomina: “Ao referir-me a este corpo de literatura, usarei doravante a expressão “evangelho muçulmano”” (2001, p. 1). Trata-se, portanto, de uma perspectiva religiosa que, embora distinta da tradição cristã, reconhece o papel significativo de Jesus na história.

<sup>10</sup> Para saber mais sobre o conceito do Evangelho, leia a obra: ORTLUND, Ray. O Evangelho. São Paulo: Edições Vida Nova, 2016.

<sup>11</sup> Kuyper chegou a dizer que: “o Islã estima Jesus mais do que muitos cristãos modernos.” In: KUYPER, Abraham. On islam. Collected Works in Public Theology. Bellingham, WA: Lexham Press, 2017, p. 52.12 Historiador palestino.

<sup>12</sup> Historiador palestino.

Entre os diversos escritos considerados sagrados no islã, destaca-se o Alcorão como o mais importante. Schirrmacher (2017, p. 37), uma importante estudiosa do islã, observa: “para os islâmicos, o Alcorão declara ser a Palavra eterna de Deus, a única revelação pura”. Essa revelação trata de uma ampla gama de temas, incluindo a figura de Jesus.<sup>13</sup>

Diante disso, surge uma questão fundamental: como identificar as convergências e divergências entre a cristologia islâmica e a cristologia bíblica? A resposta está no exercício da análise teológica. Contudo, essa análise não deve ser conduzida apenas com base na razão humana ou na leitura de fontes humanas. A leitura dos textos islâmicos, ainda que necessária, deve ser acompanhada de um critério revelacional: é a partir do Evangelho que se deve examinar o entendimento islâmico acerca de Jesus.

#### IV. A ressurreição de Jesus na perspectiva islâmica

O tema da ressurreição, na tradição cristã, constitui um dos fundamentos centrais da fé em Cristo. Conforme afirmou o apóstolo Paulo: “Se Cristo não ressuscitou, é vã a nossa pregação, e vã, a vossa fé” (1Co 15.14).<sup>14</sup> Nesse sentido, a vitória de Jesus sobre a morte representa o *clímax* do anúncio evangélico. No entanto, surge a indagação: o que afirma a tradição islâmica acerca da ressurreição? Tal questionamento constitui o primeiro eixo de análise desta seção.

A tradição islâmica professa a fé na ressurreição. Na sura 2:174 do Alcorão, diz o seguinte:

E aqueles que ocultam o que Alá fez descer do Livro e o vendem por uma ninharia, não ingerem em seus ventres senão fogo, e Alá não irá falar com eles no Dia da Ressurreição, nem os purificará, e haverá para eles um doloroso castigo.

﴿١٧٤﴾ إِنَّ الَّذِينَ يَكْتُمُونَ مَا أَنْزَلَ اللَّهُ مِنَ الْكِتَابِ وَيَشْتَرُونَ بِهِ ثَمَنًا قَلِيلًا ۖ أُولَٰئِكَ مَا يَأْكُلُونَ فِي بُطُونِهِمْ إِلَّا النَّارَ وَلَا يُكَلِّمُهُمُ اللَّهُ يَوْمَ الْقِيَامَةِ وَلَا يُزَكِّيهِمْ وَلَهُمْ عَذَابٌ أَلِيمٌ

Reynolds, importante historiador britânico e estudioso do islamismo, produziu um comentário sobre o Alcorão. Ao analisar este verso, ele (2018, p. 80) afirmou que: “o Alcorão acusa os judeus de terem escondido a verdade sobre a revelação divina”. O termo árabe *أُفَيَامَة* (*al-Qiyāmah*, o Dia da Ressurreição), presente neste verso, é um tema secundário e estritamente escatológico. A ênfase, no verso, está na ação de Alá contra os judeus: “eles não ouvirão a voz de Deus e, por consequência, não ressuscitarão”. Portanto, como fica evidente neste trecho, não há nenhuma relação direta entre a ressurreição e Jesus.

<sup>13</sup> De acordo com Schirrmacher, a pessoa de Jesus aparece em 15 suratas e 93 versículos. In: (2017, p. 147)

<sup>14</sup> Versão ARA21

A palavra ressurreição também aparece na surata 3:55:

Alá disse: Ó Jesus, estou a completar a tua vida, a elevar-te para Mim e a libertar-te dos incrédulos. E farei com que aqueles que te seguem sejam superiores aos incrédulos, até ao dia da ressurreição. Então, a Mim retornareis, e Eu julgarei entre vós as vossas disputas.

﴿٥٥﴾ إِذْ قَالَ اللَّهُ يَا عِيسَى ابْنِ مَرْيَمَ مُتَوَفِّيكَ وَرَافِعُكَ إِلَيَّ وَمُطَهِّرُكَ مِنَ الَّذِينَ كَفَرُوا وَجَاعِلُ الَّذِينَ اتَّبَعُوكَ فَوْقَ الَّذِينَ كَفَرُوا إِلَى يَوْمِ الْقِيَامَةِ ثُمَّ إِلَيَّ مَرْجِعُكُمْ فَأَحْكُمُ بَيْنَكُمْ فِيمَا كُنْتُمْ فِيهِ تَخْتَلِفُونَ

No referido verso, encontra-se o termo árabe مُتَوَفِّيكَ (*tawaffi*), que significa a ação de uma pessoa que retira a alma do corpo para si mesma. Conforme aponta Reynolds (2018, p. 123), “este termo é regularmente empregado no Alcorão para descrever a forma como Deus separa a alma do corpo na morte, representando o fato de que Alá pode tirar a vida de um homem para si”.

Contudo, seria adequado concluir que este trecho se refere à morte e à ressurreição de Jesus? Embora alguns muçulmanos assim interpretem (*ibidem*, 2018, p. 123), a grande maioria rejeita essa ideia, afirmando, inclusive, que Jesus não foi crucificado.

Na segunda parte da surata 3:55, observa-se novamente a utilização do termo “ressurreição” associado ao juízo final. Trata-se de um evento futuro, que ainda não se concretizou. Embora haja uma referência respeitosa à pessoa de Jesus — conhecido no Islã como ‘Īsā — a tradição islâmica majoritariamente sustenta que ele não morreu, conforme afirmado na surata 4:157:

E por terem dito: “matamos o Messias, Jesus, filho de Maria, o mensageiro de Alá.” Na verdade, não o mataram, nem o crucificaram, mas pareceu-lhes que o fizeram. Aqueles que discordam dele estão em dúvida sobre isso. Eles não têm conhecimento disso, a não ser seguindo suposições. É certo que não o mataram.<sup>15</sup>

﴿١٥٧﴾ وَقَوْلِهِمْ إِنَّا قَتَلْنَا الْمَسِيحَ عِيسَى ابْنَ مَرْيَمَ رَسُولَ اللَّهِ وَمَا قَتَلُوهُ وَمَا صَلَبُوهُ وَلَكِنْ شُبِّهَ لَهُمْ وَإِنَّ الَّذِينَ اخْتَلَفُوا فِيهِ لَفِي شَكٍّ مِنْهُ مَا لَهُمْ بِهِ مِنْ عِلْمٍ إِلَّا اتِّبَاعَ الظَّنِّ وَمَا قَتَلُوهُ يَقِينًا

Encerra-se aqui, a análise de um aspecto específico da crença islâmica a respeito de Jesus. O objetivo foi introduzir e problematizar um tema que, à luz da tradição cristã, ocupa posição central: a morte e ressurreição de Cristo. No entanto, uma pergunta ainda permanece: por que, segundo o Islã, Jesus não morreu? Essa será a questão teológica investigada na próxima seção.

#### IV. Por que Jesus não ressuscitou? Analisando os argumentos islâmicos

Proclo (1992, p. 165) afirmou que “o melhor método para remontar as partes de um princípio conhecido é o da análise”. Neste caso, o *princípio de referência* será a confissão de fé islâmica

<sup>15</sup> Todas as suratas foram tiradas de <https://www.corequran.com> Acessado no dia 28/02/2024.

na pessoa de Jesus Cristo. As peças que serão desmontadas e analisadas, envolvem afirmações centrais da tradição islâmica:

- Deus não é Pai;
- Jesus não é Filho;
- Jesus não é Deus.

Portanto, a presente seção tem como propósito investigar essas proposições.

### *Deus não é pai*

A leitura do Alcorão revela que, nas suras, não há fundamento para a concepção de que Alá seja um ser pessoal. Pelo contrário, conforme observa Schirmacher (2017, p. 97), “ele está completamente separado de sua criação e não pode ser comparado de modo algum com nenhum dos seres criados.” Diante dessa concepção estritamente transcendente e impessoal da divindade islâmica, é pertinente perguntar: como seria possível chamá-lo de Pai?

A concepção de Deus como Pai apresenta sérias dificuldades no interior da teologia islâmica. Para alguns pensadores muçulmanos, como Fazlur Rahman<sup>16</sup> (1994, p. 6–7), a ênfase cristã no amor e no autossacrifício divino compromete o amadurecimento moral do ser humano. O autor afirma: “as ideologias religiosas que colocam toda a ênfase no amor e no autossacrifício de Deus por causa dos seus filhos têm prestado pouco serviço à maturidade moral do homem.” Nesse sentido, a teologia islâmica rejeita a ideia de filiação espiritual entre Deus e os homens, pois, do seu ponto de vista, depender de uma figura paterna indica imaturidade ética e espiritual.

A negação da paternidade divina no Islã não implica a negação dos atributos essenciais de Alá. Pelo contrário, o Alcorão afirma: “Não há nada semelhante a Ele. Tudo ouve e tudo vê” (Surata 42:11); e ainda: “Ele é Alá, o Único, o Eterno. Não gerou e não foi gerado” (Surata 112:1-2). Diante dessas afirmações, compreende-se que a concepção relacional entre Deus como Pai e Jesus como Filho — tão central na teologia cristã — está ausente na tradição islâmica. A transcendência absoluta de Alá exclui qualquer possibilidade de filiação divina no sentido revelado nas Escrituras cristãs.

### *Jesus não é filho*

Na Surata 9.30-31, lemos: “E os judeus disseram: ‘Ezra (Esdras?) é filho de Alá’, e os cristãos disseram: “‘Cristo é o filho de Alá’”. Isto é o que eles disseram com as suas próprias bocas, imitando o que ouviram dos incrédulos de antemão.” Essa passagem não apenas reforça a negação corânica da filiação divina de Jesus, mas também revela a forma como Maomé caracterizou tal

---

<sup>16</sup> Professor de islamismo na University of Chicag

doutrina: como um eco da incredulidade. A menção direta aos judeus e cristãos demonstra uma rejeição explícita da concepção trinitária e da cristologia adotada pelo cristianismo histórico.

A crença na figura de Jesus está presente e evidente na tradição islâmica. No entanto, qualquer tentativa de estabelecer uma relação entre Deus e outro ser — como no caso da filiação divina de Cristo — é considerada heresia. Ibrahim (p. 97), renomado estudioso do islamismo, ao examinar essa questão, aprofunda ainda mais a caracterização do herege segundo a perspectiva islâmica:

É por isso que os intérpretes muçulmanos, do passado e do presente acreditam que estes versículos descrevem os judeus e os cristãos como associados. Assim, embora o Alcorão não seja rigorosamente claro, a maioria acusa os judeus e os cristãos de estarem associando parceiros à divindade.

Em termos teológicos islâmicos, a razão pela qual Jesus não é reconhecido como Filho de Deus está diretamente ligada à negação de sua divindade — tema que será aprofundado a seguir. Schirmacher (2017, p. 157) observa que “o dogma cristão da filiação divina de Jesus viola o conceito muçulmano da natureza especial e unicidade de Alá”. Para a tradição islâmica, sustentar a doutrina de um Deus triúno constitui a mais grave das heresias (*shirk*). Desse modo, o Jesus apresentado no Alcorão não mantém qualquer relação ontológica com Alá e, por conseguinte, não pode ser considerado seu Filho.

### *Jesus não é Deus*

Se, conforme a tradição islâmica, Jesus não é o Filho de Deus, então quem Ele é? Nesse contexto, Jesus (Isa) é compreendido como um profeta plenamente submisso a Deus, isto é, um muçulmano. Meshall e Pirbhai (2011, p. 232) afirmam: “na tradição islâmica, Jesus é apenas um muçulmano”. Tal concepção se desdobra em uma releitura de sua vida e missão. Akyol (2017, p. 154) observa que “o Alcorão não ensina que Jesus foi tentado no deserto, que agonizou no Getsêmani ou que foi julgado no tribunal de Pilatos. Ele não ensina isso porque Jesus não é o personagem central da Torá”. Em outras palavras, embora Jesus seja citado como um mensageiro importante, a tradição islâmica o desvincula completamente de qualquer relação ontológica ou filial com Deus, tal como sustentado pela doutrina cristã.

Ao tratar da teologia islâmica, Cabral (2003, p. 117) afirma que Jesus é visto como um profeta pertencente à mesma linhagem dos enviados anteriores, culminando em Maomé: “Maomé é considerado o último dos profetas, aquele que veio depois de Adão, Noé, Abraão, Moisés e Jesus. Nesse caso, nega a Jesus todos os atributos e conceitos que o cristianismo lhe dá ou atribui.” Dentro dessa perspectiva, qualquer tentativa de atribuir a Jesus uma natureza divina é completamente rejeitada pela ortodoxia islâmica. Essa rejeição pode ser percebida com clareza no testemunho de conversão de Rifqa Bary (2016, p. 30), ao relatar sua experiência pessoal como ex-muçulmana:

[Segundo os muçulmanos, *acrécimo nosso*] se Jesus é Deus como dizem os cristãos, por que Ele não pôde salvar a si mesmo? Ha! Ha! Ha! Essas pessoas se enganam, pensando que um homem poderia ser Deus. Isso é uma estupidez! Até um cachorro faria algo melhor do que acreditar nesse absurdo.

Portanto, conforme discutido nesta seção, as razões pelas quais os muçulmanos não creem na ressurreição de Jesus estão diretamente relacionadas à sua compreensão sobre a identidade de Cristo. Para a teologia islâmica, Jesus não é Deus, tampouco o Filho enviado por Ele. Qualquer afirmação nesse sentido é considerada uma grave heresia, uma vez que implica atribuir parceiros ou semelhantes a Alá — o que contradiz frontalmente o princípio da *tawhīd*, isto é, da unicidade divina. Além disso, a concepção cristã de Deus como Pai é vista, sob a ótica islâmica, como uma ideia antropomórfica e teologicamente inadequada. Assim, Jesus é compreendido como um importante profeta, mas não como uma manifestação da divindade. Ele é valorizado na história da revelação, porém permanece subordinado a Alá, sem compartilhar de sua essência divina.

## V. Peneirando as proposições islâmicas com a Escritura Sagrada

Com base na análise da tradição muçulmana, torna-se evidente que, embora exista uma referência à figura de Jesus no islamismo, essa representação diverge substancialmente daquela professada pela fé cristã. Surge, então, uma questão central: como discernir com clareza tais diferenças? A hipótese aqui sustentada é que toda análise teológica precisa ser realizada à luz das Escrituras, entendidas como a “peneira” — metáfora adotada neste estudo — por meio da qual os discursos e argumentos sobre Jesus devem ser examinados. Nesta seção final, o objetivo será justamente confrontar os principais elementos da cristologia islâmica com o ensino bíblico, a fim de destacar as distinções essenciais entre essas duas cosmovisões. Espera-se, com isso, incentivar o leitor a cultivar o discernimento teológico e aplicar esse critério sempre que confrontado com discursos que envolvem a fé em Jesus Cristo.

### *A Escritura nos ensina que Cristo ressuscitou*

A ressurreição representa o ponto culminante da fé cristã, pois, sem este evento, a crença em Cristo seria desprovida de fundamento, reduzindo-se a mera fantasia. Ao abordar essa temática, o apóstolo Paulo dirigiu-se à igreja de Corinto, que se encontrava cercada por discursos de indivíduos interessados em conquistar seguidores e apoio. Conforme ressalta Vang (2018, p. 5), “o ambiente vibrante de Corinto e a possibilidade de avanço social para empreendedores geraram uma cultura de autopromoção e orgulho, que os cristãos tinham dificuldade em distinguir da fé cristã”. Tal cenário evidencia a carência da habilidade de discernir — ou ‘peneirar’ — as influências externas à luz da mensagem genuína do Evangelho. Em contraposição, Paulo orientou os coríntios a fixarem o olhar em Cristo, tendo a ressurreição como um dos temas centrais de sua pregação.

Ao comentar o capítulo 15, Vang (2018, p. 200) afirmou que ele “funciona como o ápice da exposição teológica do apóstolo”. Isso indica que a única razão capaz de direcionar o olhar daquele povo para Cristo estava intrinsicamente ligada ao evento da morte e ressurreição de Jesus. Nesse contexto, todas as orientações e ensinamentos sugeridos nos capítulos anteriores — como a unidade (1.10-17), a maturidade (3.1-15), a confiança no julgamento divino (4.1-5), a condenação das práticas imorais (5-6), as diretrizes para a vida familiar (7), os conselhos contra a idolatria (10.14), as orientações litúrgicas (11), o exercício dos dons espirituais (12-14) e a prática do amor (13) — somente adquiriram sentido existencial por meio da fé na obra redentora de Cristo. Portanto, para aquele que professa a fé em Jesus, uma das razões centrais — senão a principal — é a afirmação de que Ele pagou pelos pecados da humanidade mediante sua morte e ressurreição.

A morte de Jesus não constituiu o desfecho de Sua missão redentora. Cleopas, uma das testemunhas dos acontecimentos, demonstrava ainda não compreender plenamente a obra consumada do Salvador e, entristecido, caminhava pela estrada. Todavia, o próprio Jesus, aquele que havia morrido, revelou-se a ele e indagou acerca do tema da conversa que este mantinha com outro companheiro de jornada. Cleopas então confessou sua tristeza e frustração, pois, embora o Messias tivesse apresentado indícios de que redimiria Israel, naquele momento encontrava-se morto. Em resposta, Jesus repreendeu-os dizendo: “Como vocês são insensatos e tardam a crer em tudo o que os profetas disseram! Não era necessário que o Cristo sofresse e entrasse na sua glória?” (Lucas 24.25-26, NAA). Em seguida, Jesus procedeu à análise das premissas de seus interlocutores por meio das Escrituras: “E, começando por Moisés e todos os Profetas, explicou-lhes o que constava a respeito dele em todas as Escrituras” (Lucas 24.27, NAA). Por fim, Jesus se revelou visivelmente a Cleopas e aos que estavam com ele, e depois desapareceu (Lucas 24.29-31, NAA).

Portanto, há apenas um critério infalível para julgar os discursos que nos rodeiam: a Santa Escritura. O próprio Jesus aplicou essa “peneira”, distinguindo as falsas crenças por meio da mensagem autêntica do Evangelho. A verdade fundamental acerca do Messias é que Ele não apenas morreu, mas ressuscitou, confirmando assim a vitória definitiva sobre a morte.

### *A Escritura ensina que Deus é pai*

Imagine um muçulmano diante de você, ouvindo falar sobre a ressurreição de Jesus. Até este ponto, já é possível identificar que o Jesus professado por ele não é o mesmo, pois, para o muçulmano, Jesus não morreu, enquanto para o cristão Jesus não apenas morreu, mas venceu a morte. É plausível supor que esse interlocutor encontre dificuldades para aceitar essa verdade, dificuldades essas enraizadas em premissas fundamentais de sua fé, quais sejam: Alá não é Pai, Jesus não é seu Filho e, em hipótese alguma, Jesus é Deus.

Diante desse cenário, torna-se evidente a importância da análise criteriosa. A partir do momento em que reconhecemos as peças do quebra-cabeça, podemos proceder à montagem e à explicação de cada elemento, sempre em contraste com sua referência bíblica. Dessa forma, será apresentado a primeira razão pela qual o cristianismo sustenta a crença na ressurreição de Jesus.

No primeiro livro da Sagrada Escritura, logo após o relato da queda, Deus decreta que a semente da mulher esmagará a semente da serpente (Gn 3.15). Esse episódio, conforme observa Ferreira (2022, p. 219), é conhecido como o protoevangelho (*protoevangelium*), caracterizado como uma aliança incondicional. Surge, então, a questão: quem seria essa semente e quem seria seu Pai? No episódio envolvendo Abraão e Isaque, vislumbra-se um Pai presente e amoroso, pois somente Ele poderia prover o cordeiro solicitado pelo menino (Gn 22.7-8). No momento culminante dessa narrativa, o anjo do Senhor interrompe a ação de Abraão que prestava-se a sacrificar Isaque (Gn 22.11). Aliviados, ambos retornam, e Abraão nomeia aquele lugar de “O Senhor proverá” (Gn 22.14). A indagação permanece: o que, de fato, Deus proveria?

Ainda no Antigo Testamento, Deus revela-se como Pai de seu povo: “Dirás a Faraó: Assim diz o SENHOR: Israel é meu filho, meu primogênito” (Êxodo 4.22). À luz do contexto, observa-se que a paternidade divina está intimamente ligada ao seu ato redentor. Se antes havia providenciado a salvação de Isaque, agora, preparava-se para libertar Israel, seu povo. Assim, o Antigo Testamento apresenta com clareza a figura de Deus como Pai. Um exemplo adicional é encontrado na oração de Isaías: “Mas agora, ó Senhor, tu és nosso Pai; nós somos o barro, e tu, o nosso oleiro; todos nós somos obra das tuas mãos” (Isaías 64.8).

No Novo Testamento, há múltiplas ocorrências nas quais Deus é apresentado como Pai. Um exemplo emblemático é encontrado na narrativa do batismo de Jesus, ocasião em que a voz do próprio Deus declara: “Este é o meu Filho amado, em quem me comprazo” (Marcos 1.11, ARA). Nessa passagem, a filiação divina de Jesus é afirmada publicamente. Conforme observa Stein (2022, p. 73), “para Marcos e seus leitores, a resposta era óbvia, pois o Evangelho todo é sobre ‘Jesus Cristo, o Filho de Deus’”. Essa identidade messiânica, proclamada no início do Evangelho, permanece como um tema recorrente até o seu encerramento. Assim, desde o batismo até os eventos finais da crucificação e ressurreição, Marcos apresenta Jesus consistentemente como o Filho de Deus.

O próprio Cristo referiu-se a Deus como Pai em diversas ocasiões. Um exemplo marcante ocorre no contexto do chamado ao discipulado, registrado em Marcos 8.34-38. Após ensinar sobre a necessidade de tomar a cruz, Jesus conclui: “Porque qualquer que, nesta geração adúltera e pecadora, se envergonhar de mim e das minhas palavras, também o Filho do Homem se envergonhará dele, quando vier na glória de seu Pai com os santos anjos” (Marcos 8.38, ARA). Ao

comentar esta passagem, Stein (2022, p. 500) observa: “A referência ao ‘Filho do Homem’ vindo ‘na glória de seu Pai’ vincula intimamente esse título ao título ‘Filho de Deus’”. Ou seja, ao falar de sua vinda escatológica “na glória de seu Pai”, Jesus reivindica sua filiação divina, reafirmando sua identidade como o Filho de Deus.

Por fim, a própria tradição apostólica reconhece e afirma a paternidade de Deus. Hoehner (p. 149) observa que “o conceito de Deus como Pai é utilizado apenas quinze vezes no Antigo Testamento, mas aparece mais de 260 vezes no Novo Testamento, das quais 45 vezes estão nas cartas de Paulo”. Um exemplo claro encontra-se na saudação inicial da epístola aos Efésios, na qual o apóstolo declara: “Graça a vós outros e paz, da parte de Deus, nosso Pai, e do Senhor Jesus Cristo” (Ef 1.2, ARA). Nesta breve declaração, evidencia-se tanto a relação filial entre Deus e Jesus quanto a extensão dessa paternidade à comunidade dos crentes. Assim, Paulo testemunha a centralidade do conceito de Deus como Pai tanto cristológica quanto eclesiológicamente.

Diversas passagens bíblicas atestam a realidade de Deus como Pai. Nesta seção, viu-se que, ao contrário da tradição islâmica — que defende uma concepção negativa da paternidade divina, entendendo-a como teologicamente inadequada —, a tradição cristã a reconhece como uma expressão essencial do cuidado providencial de Deus e como o fundamento da identidade espiritual do crente. Para o cristianismo, a paternidade de Deus não implica dependência infantil, mas representa a segurança, o amor e a autoridade que sustentam a fé e a vida do discípulo de Cristo.

### *A Escritura ensina que Jesus é filho*

Outro ponto teológico negado pela tradição islâmica é a filiação divina de Jesus. O Evangelho de João se destaca como uma das principais fontes neotestamentárias para esse aspecto da identidade cristológica. Já no primeiro capítulo, essa verdade é expressa na confissão de Natanael: “Então, exclamou Natanael: Mestre, tu és o Filho de Deus, tu és o Rei de Israel!” (João 1.49, ARA). Dois elementos são teologicamente significativos nesse versículo: primeiro, o reconhecimento explícito de Jesus como o Filho de Deus; segundo a associação de sua identidade messiânica com o título “Rei de Israel”, um povo que, conforme o Antigo Testamento (cf. Êx 4.22), também é descrito como filho de Deus. Essa relação reforça a singularidade da filiação divina de Cristo, que transcende a paternidade nacional atribuída a Israel.

No capítulo 15 do Evangelho de João, no contexto do discurso sobre a videira e os ramos, Jesus afirma: “Já não vos chamo servos, porque o servo não sabe o que faz o seu senhor; mas tenho-vos chamado amigos, porque tudo quanto ouvi de meu Pai vos tenho dado a conhecer” (João 15.15, ARA). Nesse versículo, Cristo manifesta claramente sua missão revelacional: transmitir ao mundo aquilo que recebeu do Pai — revelação que, por sua vez, aponta para a sua própria identidade messiânica e divina. Diante disso, torna-se problemático aceitar discursos que, ao serem

analisados sob a luz do Evangelho, revelam uma negação da filiação divina de Jesus. Portanto, o simples ato de professar fé em Cristo não é suficiente. É imperativo que se avaliem os conteúdos teológicos dos discursos à luz da Escritura, utilizando-a como “peneira” reveladora da verdade. Só assim será possível discernir quais elementos passam pelo crivo da ortodoxia bíblica e quais devem ser rejeitados.

### *A Escritura ensina que Jesus é Deus*

A última peça analisada no discurso islâmico sobre Jesus refere-se à sua divindade. Em contraposição a essa visão, o apóstolo João declara de forma categórica: “No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio com Deus” (João 1.1-2, ARA). Desde a abertura de seu Evangelho, João afirma que Jesus é eterno, coexistente com o Pai e plenamente divino. Ao identificar Jesus como o Verbo (**λόγος**, *lógos*), João não apenas o apresenta como mediador da revelação, mas como o próprio Deus que dá sentido à existência.

Essa afirmação é aprofundada no versículo 14 da mesma perícopa: “E o Verbo se fez carne e habitou entre nós, cheio de graça e de verdade, e vimos a sua glória, glória como do unigênito do Pai”. A doutrina da encarnação é aqui central: o Deus eterno entrou no mundo criado, assumindo natureza humana sem deixar de ser Deus.

Tal ensino contrasta diretamente com a perspectiva islâmica, que vê Jesus como um profeta honrado, mas nega sua divindade. Para a fé cristã, no entanto, a identidade divina de Cristo é o fundamento da redenção. Negar sua divindade é, conseqüentemente, comprometer o próprio Evangelho.

O apóstolo Paulo, conhecido como o pregador dos gentios, também apresenta um importante ensinamento acerca da divindade de Jesus, conforme registrado em Filipenses 2.5-11 (Almeida Revista e Atualizada):

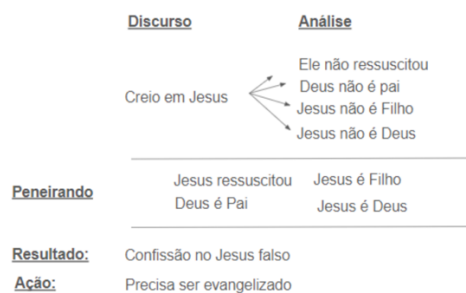
Tende em vós o mesmo sentimento que houve também em Cristo Jesus, pois ele, subsistindo em forma de Deus, não julgou como usurpação o ser igual a Deus; antes, a si mesmo se esvaziou, assumindo a forma de servo, tornando-se em semelhança de homens; e, reconhecido em figura humana, a si mesmo se humilhou, tornando-se obediente até à morte e morte de cruz. Pelo que também Deus o exaltou sobremaneira e lhe deu o nome que está acima de todo nome, para que ao nome de Jesus se dobre todo joelho, nos céus, na terra e debaixo da terra, e toda língua confesse que Jesus Cristo é Senhor, para glória de Deus Pai.

Os destinatários da epístola aos filipenses foram instruídos a reconhecer que Jesus não é meramente um enviado de Deus, mas é consubstancial e igual a Ele. Portanto, Cristo não pode ser colocado em equivalência com figuras como Moisés, Noé ou Maomé, conforme defendido na tradição islâmica. De fato, nenhuma outra pessoa se compara a Ele em natureza e posição. Para aprofundar esta compreensão, atentemos à parte final do texto em Filipenses 2.5-11.

## Considerações finais

Diante da multiplicidade de discursos acerca da fé cristã, é incumbência dos cristãos exercer a análise e a avaliação criteriosa das crenças apresentadas. Nesse sentido, retomamos a questão central que norteou este artigo: como discernir as diferenças entre as crenças? Embora a resposta tenha sido inicialmente proposta, este estudo contribuiu significativamente para sua aplicação prática. Reconhece-se que nem todas as premissas, mesmo as mais comuns, são evidentes quando submetidas ao exame crítico. Atualmente, observa-se uma tendência maior em considerar todos como “irmãos em Cristo” do que em submeter suas crenças à avaliação rigorosa à luz da Palavra inspirada.

Jonathan Leeman (2016, p. 23), em sua obra *Membresia na Igreja*, afirma: “Toda autoridade no céu e na terra foi dada a Jesus, e ele deu a sua igreja autoridade para marchar entre as nações”. Tal afirmação implica que, munidos da ferramenta adequada, cabe à igreja posicionar-se no meio dos povos e culturas. Ademais, o fundamento da autoridade conferida reside na santa Palavra de Deus. Ao avaliarmos a realidade à luz das Escrituras, adotamos uma perspectiva transcendente sobre o mundo que nos rodeia. Este tem sido o propósito fundamental do presente estudo. A seguir, apresenta-se um resumo sistemático do empreendimento aqui realizado:



Considerando o conceito apresentado, é fundamental afirmar que Cristo conferiu à igreja o “poder das chaves”, atribuindo-lhe a autoridade para admitir ou excluir membros da comunidade eclesial. De fato, este é o ponto central da obra de Leeman (2016, p. 28), que afirma: “Jesus instituiu a igreja local dando a ela o ‘poder das chaves’, o que significa, de maneira específica, que a igreja pode afastar uma pessoa de sua membresia”.

Quando analisamos por meio de perguntas as crenças de fé e após isso julgamos todas as respostas com as Sagradas Escrituras, conseguiremos perceber que tipo de trabalho faremos com a pessoa confessante. Em nosso caso, a diferença da tradição já seria o suficiente para evangelizá-lo. Porém, da mesma forma que queremos evangelizar, o outro lado busca fazer o mesmo. Eis aí, a importância de analisar e peneirar os argumentos daqueles que estão diante de nós.

O artigo foi recebido em: 20/05/2026 e aprovado em: 10/06/2026.

## Referências bibliográficas

- AKYOL, Mustafa. *The Islamic Jesus: How the King of the Jews Became a Prophet of the Muslims*. St. Martin's Press, 2017.
- BARY, Rifqa. *Hiding in the Light. Why I Risked Everything to Leave Islam and Follow Jesus*. Colorado: WaterBrook, 2015.
- CABRAL, José. *Religiões, seitas e heresias á luz da Bíblia*. São Caetano do Sul, São Paulo: Scripturae Publicações, 2003,
- FUCHS, E. In KITTEL, G.; FRIEDRICH, G.; BROMILEY, G. W. (Orgs.). *Dicionário Teológico do Novo Testamento*. Vol. 2. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2013, p. 405.
- FERREIRA, Franklin. *Por amor de Sião*. São Paulo: Edições Vida Nova, 2022.
- HIEBERT, Paul G. *Transformando cosmovisões. Uma análise antropológica de como as pessoas mudam*. São Paulo: Edições Vida Nova, 2016.
- HOEHNER, Harold W. *Efésios Comentário Exegético*. São Paulo: Vida Nova, 2023.
- IBRAHIM, Ayman S. *A concise guide to the quran. Answering Thirty Critical Questions*. Michigam: Baker Academic, 2020.
- KLINGBEIL, G. A. In V ANGEMEREN, W. A. (Org.). *Novo Dicionário Internacional de Teologia e Exegese do Antigo Testamento*. São Paulo: Editora Cultura Cristã. 2011
- KHALIDI, Tarif. *The Muslim Jesus: Sayings and Stories in Islamic Literature*. London: Havard University Press, 2001.
- LEEMAN, Jonathan. *Membresia na igreja*. São Paulo: Vida Nova, 2016.
- MESHAL, Reem A; PIRBHAI, M. Reza. *Islamic Perspectives on Jesus Reem*. In: BURKETT, Delbert. *The Blackwell Companion to Jesus*. Blackwell Publishing: 2011, p.232-249.
- PROCLO, *A commentary on the first book of Euclid's Elements*. New Jersey: Princeton University, 1992.
- REYNOLDS, Gabriel Said. *The Qur'an and the Bible Text and Commentary*. Yale University Press, 2018.
- RAHMAN, Fazlur. *Major Themes of the Qur'na*. Chigago: University of Chicago Press, 1994.
- SCHIRRMACHER, Christine. *Entenda o islã. História, crenças, política, charia e visão sobre o cristianismo*. São Paulo: Edições Vida Nova, 2017.
- STUART, Douglas. *Hosea-Jonah. Word Biblical Commentary*. Volume 31. Grand Rapids, Michigan: Zondervan. 1988.
- STEIN, Robert. *Comentário Exegético Marcos*. São Paulo: Vida Nova, 2022.
- VANG, Preben. *1 Coríntios. Comentário expositivo*. São Paulo: Edições Vida Nova, 2018.